

ANEXO I - PORTARIA PGJ Nº 850/2023

EDITAL DE EXERCÍCIO SIMULTÂNEO GACE CAO DEFESA SOCIAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

PLANO DESCRITIVO DE ATIVIDADES

1. Recepcionar comunicações de fatos relacionados à atividade policial em cujos registros, em qualquer meio de comunicação ou de encaminhamento, haja informes de irregularidades, ilegalidades ou abuso de poder nos procedimentos adotados, bem como nas notícias formalizadas em audiências de custódias, por encaminhamento das Centrais de Inquéritos de Olinda, Paulista e da Capital, dentro dos limites das atribuições do Ministério Público Estadual de Pernambuco na forma do artigo 129, inciso VII e artigo 144 da Constituição Federal de 1988, da Resolução nº 20/2007 do CNMP e da Resolução RES-CPJ nº 012/2006 e, nesses casos, atuar em conjunto ou separadamente, com a devida e necessária anuência do titular com atribuição legal;
2. Atuar, em conjunto ou separadamente, com anuência do (a) membro (a) com atribuição legal, em demandas dos responsáveis pelas inspeções em unidades policiais das Comarcas de Olinda, Paulista e da Capital, nas apurações de possíveis práticas funcionais irregulares, ilegais ou com abuso de poder de agentes públicos, respeitando-se os termos da Resolução RES-CSJ nº 012/06 e da Portaria PGJ nº 3.241/2021;
3. Atuar, por designação do Procurador Geral de Justiça, após solicitação de membro (a) com atribuição, na realização de visitas extraordinárias, em repartições policiais, civis e militares, órgãos de perícia técnica e aquartelamentos militares, e para esse fim, cumprir toda e qualquer medida prevista nos artigos 4º e 5º da Resolução nº 20/2007 do CNMP e nos normativos internos, com natureza administrativa, judicial, e extrajudicial, inclusive de instauração de procedimentos preliminar e investigatório necessários.
4. Acompanhar, para registrar internamente o fato, ressaltando-se as atribuições do membro plantonista e tempestivamente definir a atuação cabível, na forma de funcionamento do GACE, os casos decorrentes de intervenção policial que venham a ser de conhecimento público e que demandem uma atuação imediata do Ministério Público, enquanto não exista Promotor de Justiça preventivo;
5. Fazer levantamento das notificações de intervenção policial com morte e correlacionar com as investigações efetivamente existentes, possibilitando o acompanhamento das que estejam em andamento e viabilizando as que eventualmente não tenham sido instauradas;
6. Atuar em outras Comarcas do Estado, somente por designação do Procurador Geral de Justiça e após solicitação do membro (a) do MPPE com atribuição legal, nas situações descritas nos itens anteriores, com prévio exame da Coordenação do Centro de Apoio de Segurança Pública e Controle Externo, em hipótese de necessário apoio institucional para o (a) membro (a), considerando a gravidade, consequência e outras circunstâncias do fato, sempre preservando as necessidades do exercício funcional dos integrantes do GACE na Comarca de titularidade.

ANEXO II - PORTARIA PGJ Nº 850/2023

EDITAL DE EXERCÍCIO SIMULTÂNEO GACE CAO DEFESA SOCIAL E CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

CALENDÁRIO DAS ATIVIDADES	
DATA	DESCRIÇÃO
17/03/2023	Último dia do prazo para habilitação ao edital.
21/03/2023	Data limite para publicação da lista preliminar de habilitados.
23/03/2023	Data limite para o encaminhamento dos pedidos de desistência e das eventuais impugnações.
28/03/2023	Data limite para publicação da lista final de habilitados.
03/04/2023	Início da designação para o GACE.